

ARQUEOLOGIA COMO AÇÃO POLÍTICA COLABORATIVA EM COMUNIDADES  
TRADICIONAIS: REMEIROS, BEIRADEIROS E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO  
ARQUEOLÓGICO NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO.

Sebastião Lacerda de Lima Filho<sup>1</sup>

Morgana Cavalcante Ribeiro<sup>2</sup>

---

1 Pesquisador colaborador do Museu de História Natural (MHN) e do LABAP, ambos da UEPB.

2 Doutoranda em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.



## RESUMO

O presente artigo tem a intenção de expor e discutir os desafios e possibilidades de uma Arqueologia Colaborativa em Comunidades Tradicionais, destacando nesse estudo de caso os remeiros e beiradeiros que ocupam e interagem ao longo do Submédio São Francisco e, em especial, aqueles que ocupam às margens do Lago de Sobradinho. Através da vivência em campo (fator empírico) e da experimentação dessa dinâmica e interação, constroem-se reflexões sobre patrimônio, valoração e relação de pertencimento e ora distanciamento de elementos culturais que perpassam a noção de tempo e espaço. É graças às interações desse tipo, que podemos pensar numa Arqueologia Pública, ou seja, um saber construído em sintonia com essas populações e que experimentam parte dos costumes e da vivência ao longo ou no entorno desse grande rio.

**Palavras-Chave:** Arqueologia Colaborativa. Arqueologia Regional. Comunidades Tradicionais. Submédio São Francisco.

## ABSTRACT

This paper intends to expose and discuss the challenges and possibilities of a Collaborative Archaeology in Traditional Communities, highlighting in this case study the remeiros and beiradeiros who occupy and interact along the Submédio São Francisco and, in particular, those who occupy the banks of Lake Sobradinho. Through field experience (empirical factor) and the experience of this dynamic and interaction, reflections are built about heritage, valuation, and the relationship of belonging and sometimes distancing of cultural elements that permeate the notion of time and space. It is thanks to interactions of this kind that we can think of a Public Archeology, that is, a knowledge built in tune with these populations that experience part of the customs and life along or around this great river.

Key-words: Collaborative Archaeology. Regional Archeology. Traditional Communities. Submédio São Francisco.

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que boa parte do conhecimento arqueológico produzido no Submédio São Francisco, incluiu e continua apresentando como sujeito protagonista as pessoas que vivem e interagem nessa região, sejam eles comerciantes, caatingueiros, pescadores, vaqueiros, boiadeiros, remeiros, beiradeiros e tantos outros grupos tradicionais. Considera-se tal informação, porque boa parte dos sítios arqueológicos, das ocorrências e outras categorias de vestígios culturais de valor não apenas arqueológico, mas também, antropológicos e históricos, foram apresentados a esses especialistas – no passado e no presente – por membros locais, moradores e quaisquer outros grupos de indivíduos que em suas variadas condições observaram esses vestígios ao longo do vale do São Francisco.

Dentre a quantidade e qualidade dessas informações, encontramos aquelas carregadas de conhecimento regional e que por si mesmas fornecem explicações aos dados observados. É justamente a relação, o alinhamento e a dinâmica entre pesquisadores e comunidade que



os trabalhos de Arqueologia Colaborativa e Arqueologia Regional tem crescido, legitimando boas práticas e proporcionado a descoberta de outras unidades de pesquisas promissoras, a citar o submédio São Francisco onde localiza o lago de Sobradinho e a hidroelétrica de mesmo nome. É oportuno mencionar que muito do patrimônio arqueológico local e da região próxima foi identificado e passou a ser conhecido durante o Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico, levado a cabo na região na década de 1970. É percebido a curiosidade do sertanejo e do ribeirinho que tem alavancado juntamente com os escassos recursos a prática durável de uma história oral e de uma arqueologia integrada ao longo do São Francisco.

Pensando nessa aliança e buscando subsídios para entender os processos atuantes na formação do sujeito histórico ribeirinho (regional), se organizou um trabalho de vivência e experimentação empírica, tendo como foco norteador comunidades ou grupos de indivíduos isolados que interagem com as parcelas terrestre/aquática em zonas do submédio São Francisco, especialmente na região do lago de Sobradinho. Inicialmente e ampliando o quadro de pesquisas sobre arqueologia regional, foram realizados novos estudos de documentação e caracterização não interventivas dessa interação, buscando, através dos mesmos, compreender os processos de uso e ocupação regional e sua relação com espaço e paisagem. Aliado ao viés arqueológico acrescentou o arcabouço antropológico que nos permite pensar, refletir e analisar os indivíduos atuantes nesse processo seja no passado ou no presente.

Portanto, essa pesquisa surgiu inicialmente da necessidade em relacionar patrimônio cultural/arqueológico com a dinâmica e entendimento do mesmo por parte desses grupos ribeirinhos que, em muitos casos, terminam por resgatar em suas redes de pesca, nas plantações locais ou nas suas incursões pelas caatingas ao longo de grotas, boqueirões, olhos d'água e afloramentos rochosos, vestígios que demonstram e constata a passagem, interação ou permanência de grupos no passado e no presente na região. É justamente a possibilidade de compreender a relação e importância dessa arqueologia regional e sua interação, ou seja, seu viés colaborativo, que este trabalho vem sendo orientado e pensado. As reflexões são generalizantes neste momento, mas, extremamente pertinentes na medida em que amplia a relação entre ciência (academia) e conhecimento regional/popular (comunidades). São pinceladas que aliam e fomentam a intensificação de outros projetos e linhas de investigação ainda tão carentes nessa região do nordeste brasileiro.

Construindo *pontes* entre pesquisadores e comunidades, estaremos resgatando, protegendo e incentivando uma nova geração de indivíduos preocupados com o seu legado. Trata-se de construir uma *arqueologia de gente para gente* no sentido do que Randall MacGuare considera (1999). Incentivando essa colaboração, estaremos permitindo que esses indivíduos atuem como sujeitos ativos no próprio resgate e construção de sua história. Só assim, poderemos pensar numa arqueologia plural e integrada (Funari, 2020), onde valores e

autoestima sejam mais gratificantes do que capital momentâneo ou apenas diárias ofertadas a esses mesmos indivíduos para colaboração em atividades de campo. Constatamos que muito precisa ser feito na didática de como levar e interagir com o grande público – não especializado na Ciência Arqueológica – como o conhecemos, entretanto nem de longe menos cultos ou conhecedores dos aspectos locais/regionais. Estamos falando aqui, numa possibilidade de trabalho e interação que veja os indivíduos não apenas como “guias” ou “auxiliares” dos trabalhos arqueológicos e como normalmente acontece nessas atividades de campo. Muito pelo contrário, necessitamos caminhar em direção de uma prática mais humanista, onde os mesmos possam integrar não apenas as expedições/incursões, mas também, que sejam vistos como indivíduos que podem proporcionar dados para compreensão da própria realidade dos sítios ou das evidências identificadas *em loco*, atuando de forma direta e como sujeitos ativos na construção do saber científico.

Possibilitando essa integração, podemos pensar a Arqueologia enquanto ferramenta política x Arqueologia como ação colaborativa de valorização de minorias. É a possibilidade de mesclar conhecimentos arqueológicos e antropológicos que caminhem na valorização não apenas dos sítios, dos objetos, mas na promoção das pessoas. É bastante provável que fazendo isso, poderemos caminhar para políticas de identificação, manejo, conservação e proteção desse legado para as gerações presentes e futuras. E quem melhor poderá atuar na prática do que as pessoas que convivem diariamente com essa realidade. Assim, estaremos permitindo “*dar vozes aos sujeitos e suas belas, mas também, tristes histórias que perpassam a dinâmica humana em que vivemos*” (MACGUARE, 1999). Para isso, há de se levantar as mangas, enxergar um horizonte de pesquisa e acima de tudo, há de se ter coragem.

## ARQUEOLOGIA COMO AÇÃO POLÍTICA COLABORATIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

São muitos os discursos que permeiam a comunidade acadêmica estabelecendo relações entre Arqueologia e poder. Nessa temática percebemos a associação dessa ciência a um viés político e tendencioso, desde seu prefácio à época do antiquarianismo.

Arqueologia, do grego *arkhé*, é aqui entendida como uma ciência que desenvolve estudos em busca da essência<sup>3</sup> de sociedades humanas, ultrapassando a definição de estudos de sociedades pretéritas e direcionada para além da coleta e classificação de artefatos e fragmentos de cultura material. Entendemos como uma ciência que em última instância, a partir de seus métodos e pressupostos contextuais, busca a

---

3 A essência dos artefatos preserva-se na sua estrutura. Esta se configura na constituição (composição) e distribuição de seus componentes. Essas estruturas atendem a imperativos funcionais relacionados com a sobrevivência de grupos (RIBEIRO, 2014, p. 24).

identidade<sup>4</sup> dos indivíduos ou grupos responsáveis pela formação do registro arqueológico.

Poder e conhecimento estão muito relacionados. Para Michel Foucault, o poder reside no discurso e o discurso refere-se a todas as condições necessárias para a produção do conhecimento. O discurso se refere tanto aos dados como aos conceitos, tanto a sua história como às condições sociais que produzem e utilizam o conhecimento. Já o poder seria uma estrutura porque os distintos discursos que ensaiamos a força de serem sociais, também são estruturas (GAMBLE, 2001).

Wolf (2003) distingue quatro tipos de poder. O primeiro tipo de poder seria como atributo da pessoa, como potência ou capacidade, a ideia nietzschiana básica de poder. O segundo tipo de poder pode ser entendido como a capacidade de um ego de impor sua vontade sobre um *alter*, em ação social nas relações interpessoais. O terceiro modo de poder seria aquele que controla os cenários em que as pessoas podem mostrar suas potencialidades e interagir com as outras. Por fim, o quarto modo de poder, que não funciona somente dentro de cenários ou domínios, mas também organiza e orchestra os próprios cenários e especifica a distribuição e direção dos fluxos de energia.

Tradicionalmente as ciências sociais tenderam a identificar o poder com a política. Há evidentemente exceções que confirmam a regra, por exemplo, a sociologia da religião de Max Weber. Não obstante, o movimento dominante no pensamento sociológico (no sentido amplo do termo) foi considerá-lo algo preferencialmente vinculado ao universo da política.

Foucault renega os modos tradicionais de analisar o poder e procura realizar suas análises não de forma dedutiva e sim indutiva, por isso passou a ter como objeto de análise não categorias superiores e abstratas de análise tal como questões do que é o poder, o que o origina e tantos outros elementos teóricos. Voltou-se para elementos mais periféricos do sistema total, isto, é, passou a interessar-se pelos locais onde a lei é efetivada realmente. Hospitais psiquiátricos, forças policiais, etc., são os locais preferidos do pesquisador para a compreensão das forças reais em ação e as quais devemos realmente nos preocupar, compreender e buscar renovar constantemente.

O poder em qualquer sociedade precisa de uma delimitação formal, precisa ser justificado de forma abstrata o suficiente para que seja intrometido psicologicamente, em macro nível social, como uma verdade *a priori*, universal. Desta necessidade, desenvolvem-se as regras do direito, surgindo, portanto, os elementos necessários para a produção, transmissão e oficialização de “verdades”. O poder não é fechado, ele estabelece relações múltiplas de poder, caracterizando e constituindo o corpo social e, para que não desmorone, necessita

---

4 Segundo Almudena Hernando (2002), a identidade é “antes de qualquer coisa, ‘identidade social ou cultural’, pois se constrói na interação com outros seres humanos e dadas concretas condições materiais de vida” (HERNANDO, 2002, p.50).

de uma produção, acumulação, uma circulação e um funcionamento de um discurso sólido e convincente. O poder é como algo inerente às sociedades, às relações sociais, e nem sempre se atualiza como política.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do presente trabalho foi orientado pelo pressuposto de que a ciência arqueológica pode e deve ser utilizada como ferramenta política colaborativa em comunidades tradicionais na desenvoltura de posturas condicionadas por outros enfoques desvencilhados de políticas tendenciosas de afirmação ou negação de identidades e valores.

Concebe-se a ideia que comunidades tradicionais, como remeiros e beiradeiros do Vale do São Francisco, através de sua relação com o patrimônio arqueológico local devem, com o apoio da arqueologia em suas ações políticas colaborativas, desenvolver ferramentas e mecanismos de promoção das tradições e do patrimônio cultural e arqueológico da região.

## **Comunidades tradicionais**

O Decreto N° 6040<sup>5</sup>, define os povos e comunidades tradicionais como *“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição”*.

Os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD apontam que comunidades tradicionais constituem aproximadamente 5 milhões de brasileiros e ocupam ¼ do território nacional.

No Brasil os povos e comunidades tradicionais reconhecidos são quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros.

O contexto histórico de formação dessas comunidades e as condições peculiares de baixa renda e desigualdade social, conduziram para o isolamento geográfico e/ou cultural desses grupos que possuindo acesso limitado às políticas públicas de cunho universal, foram conduzidos a um processo de vulnerabilidade social e econômica, além de serem alvos de discriminação racial, étnica e religiosa.

---

5 O Decreto N° 6040 de 2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.



A vulnerabilidade social deve ser compreendida como um processo que acomete grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seu direito à cidadania (PADOIN E VIRGOLIN, 2013). O processo se caracteriza como multifacetado, englobando inúmeras dimensões, a partir das quais pode-se identificar situações de vulnerabilidade dos indivíduos, famílias ou comunidades. Tais dimensões estão voltadas tanto às características próprias dos indivíduos quanto àquelas relativas à coletividade na qual estão inseridos. Situações de vulnerabilidade social acometem especialmente pessoas de baixa renda, setores menosprezados pela sociedade e com baixos índices de desenvolvimento humano. Trata-se de um impacto negativo, direto e de longo prazo.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT objetiva o reconhecimento formal da existência e das especificidades desses segmentos populacionais, garantindo os seus direitos territoriais, socioeconômicos, ambientais e culturais, de forma a respeitar e valorizar suas identidades e instituições.

No Brasil as políticas públicas voltadas para comunidades tradicionais são recentes e tiveram como marco a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, cuja ratificação no ano de 1989, veio a tratar dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo. Atualmente a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais – SECOMT, é responsável pela execução de políticas voltadas para alguns grupos destes segmentos.

## **Remeiros**

Pereira (1966) define remeiros: “O remeiro é singular personagem surgindo do cruzamento, entre si, dos elementos mais humildes, já afeitos à vida profissional nas águas do grande rio, ou, então, de agricultores das “vazantes”, “agregados” e “camaradas” das fazendas de plantação” (PEREIRA, 1966). Também, se enquadram nessa categoria os pescadores, por exemplo, que usam o método de remar em pequenas canoas, barcos ou outras estruturas e constroem uma relação direta entre o meio terrestre e o aquático, estando presentes ainda nas mais distintas zonas de interface desses ambientes.

A literatura muito pontua sobre a contribuição dos remeiros para “a formação e o desenvolvimento do sistema econômico regional no Médio São Francisco” (NEVES, 2003). Mas, Gonçalves (1997) nos diz que eles foram extremamente importantes para construção do saber e do universo simbólico que integra a região do submédio São Francisco, por exemplo. No trabalho desenvolvido pelo autor, ele procura resgatar a resistência cultural dos remeiros e evidencia a dinâmica interna de aculturações no interior das sociedades ribeirinhas. Na



qual a realidade do lago de Sobradinho se faz presente. Esse grupo teve papel importante na formação e desenvolvimento econômico do país na medida em que sob sua égide, a navegação no São Francisco e a escoação de produtos e mercadorias, impulsionou a economia. Sobre o árduo trabalho dos remeiros, Gonçalves (2004) pontua:

Não raro acontecia de o remeiro ver seu sangue escorrer pelo varejão enquanto empurrava a embarcação. O contato da vara com o peito fazia surgir uma esponja de sangue e esta estourava com o atrito da vara e o esforço do remeiro. O descanso só vinha à noite, quando não havia mais claridade. Se, entretanto, fosse noite de lua, a jornada se prolongava por mais tempo. No escuro, impedidos de continuar a jornada, encostavam a barca para porem o almoço no fogo e cuidavam de atçar a lenha nos intervalos do sono. Este era o momento oportuno para que os remeiros mais velhos no ramo, cujos peitos já haviam calejado, tomassem a resolução de efetuar o tratamento do companheiro que tinha o peito dilacerado em ferida (GONÇALVES, 1997).

Portanto, atuaram como sujeitos ativos na construção da identidade regional e na manutenção da memória coletiva. Os remeiros como povos integrantes do rio São Francisco foram fundamentais ainda na integração e interação de tantas regiões do Brasil. Segundo a literatura sobre o tema, é de conhecimento que durante aproximadamente dois séculos, estados como Bahia, Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais estreitaram laços econômicos e socioculturais através do intermédio das embarcações movidas pela força física e pelo intenso e repetido trabalho dos remeiros. Através deles se manejavam pesados remos, varas, e estruturas para mobilidade em todo os trechos navegáveis do São Francisco. Graças a eles, também, se ampliou a produção cultural através de seus versos, casos, histórias/narrativas, saberes e cantorias tão imprescindíveis para a formação e o desenvolvimento da cultura regional. Tais contribuições ainda podem ser constatadas em boa parte do submédio São Francisco (NEVES, 2003). Na região do Lago de Sobradinho os remeiros atuam como sujeitos ativos na ampliação de conhecimentos, mas também na mobilidade de pessoas e mercadorias. Aliados aos pescadores locais/regionais fornecem alimentos e perpetuação da identidade local/regional que foi tão impactada com a construção da hidroelétrica de Sobradinho, por exemplo.

Em se tratando da relação dos mesmos com o patrimônio arqueológico, podemos considerar que muitos sítios foram submergidos com o desvio e criação do lago e que durante os aumentos e baixas do rio e conseqüentemente do lago, esses mesmos remeiros e pescadores, por exemplo, terminam encontrando – durante suas incursões pelo rio e lago – vestígios arqueológicos que fornecem informações para se pensar os diferentes processos e grupos que habitaram a região no passado. Em suas redes de pesca é possível evidenciar



fragmentos líticos ou cerâmicos que afloram em diferentes partes do lago e do rio, a citar por exemplo os sítios cerâmicos submersos na região da Juacema, povoado localizado às margens do Lago de Sobradinho. Para além disso, também se pode constatar evidências materiais às margens do lago e do rio. As construções simbólicas e também emocionais/afetivas por parte desses grupos de indivíduos, são fundamentais e tão necessárias para construção e legitimação de um saber e um fazer participativo.

## **Beiradeiros**

Para além do remeiros que habitam e interagem ao longo do rio São Francisco e em vários trechos do lago de Sobradinho, encontramos uma outra categoria de pessoas que também se enquadram no contexto de comunidades tradicionais, eles são os beiradeiros, entendidos aqui como ribeirinhos que constroem sua existência a partir da sua relação com o rio. São aqueles que vivem das atividades desenvolvidas na beirada do rio, sendo sua cultura marcada pela relação com o rio (ESTRELA, 2004). Também pode ser entendido como aquele indivíduo e grupo de indivíduos que nasceu ou moram na margem de um rio, na beira de um rio. Especificamente no Nordeste brasileiro pode ser descrito como a pessoa que nasceu ou mora na beira do Rio São Francisco e que tem uma profunda relação econômica e simbólica com o mesmo.

Segundo o Dicionário Informal Online (2017): São conhecidos como povos tradicionais que realizam atividades margeando o rio, por exemplo. Também chamado de “Beradeiro”. No linguajá rude dos próprios beradeiros ouve-se também “beradero”, com o último “e” fechado (“beradêro”). Morador rústico nas proximidades das vilas sertanejas.

Segundo Esmeraldo L. Gonçalves (2004) no trabalho “Até aonde a memória alcança: um estudo sobre os catingueiros e beiradeiros no Submédio São Francisco” (2004), compreendemos esse grupo em especial como

Os beiradeiros da região do São Francisco desenvolvem a pesca, a caça e um agricultura mista. Estes povos tradicionais realizam suas atividades circunscritas à faixa de terra que margeia o rio, e que era umedecida por ele e dele vivendo. Os moradores desse espaço passaram a ser denominados ou a se autodenominar de beiradeiros em contraposição à população das caatingas, por si mesmos chamados catingueiros. Eles têm voltado suas atenções para a pesca, caça, agricultura de vazante e também para o artesanato. Resultaram do processo em que povos indígenas escaparam de suas terras fugir dos massacres e que não foram alcançados pela ação dos missionários, nas margens em algumas ilhas do rio São Francisco (GONÇALVES, 2004).

Em se tratando dos beiradeiros localizados às margens do lago de Sobradinho e do submédio São Francisco se pode constatar uma dinâmica e interação constate com outros grupos tradicionais, a citar os caatingueiros e remeiros. Muitas dessas atividades se mesclam e se fundem numa relação direta do *saber fazer*. Em trechos do lago se observa a construção contínua de saberes e busca por validação de narrativas e discursos. Os agricultores das áreas de vazante por exemplo, também são pescadores em outros períodos do ano e vice-versa. Em muitos casos mesclam os diferentes costumes e aptidões para sobrevivência na região.

Durante parte dos trabalhos de caracterização e organização do material de pesquisa ora exposto, pudemos dialogar com os diferentes sujeitos ativos fossem eles adultos ou jovens. Também, tivemos a oportunidade de documentar em algumas dessas incursões os principais desafios enfrentados por eles para manutenção dos saberes locais e como tem sido feita a difusão do conhecimento regional para outros membros da comunidade, filhos, netos, bisnetos, sobrinhos amigos, enfim, quaisquer que tenha relação direta com essas comunidades.

### **PONTOS RELEVANTES PARA DOCUMENTAÇÃO E ESTUDO DAS RELAÇÕES COM O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: ALGUNS DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Os pontos elencados abaixo, estão diretamente relacionados as questões chave para estudo e documentação do saber e fazer antropológico, e porque não arqueológico?!, tendo em vista que atuam como elementos norteadores para refletir e interpretar os diferentes grupos que habitam e interagem ao longo do São Francisco, e especialmente na região do Submédio, onde essa pesquisa ainda vem sendo desenvolvida com os remeiros e beiradeiros, buscando com isso, consolidar e fortalecer laços participativos no vale do São Francisco, contribuindo para uma Arqueologia Colaborativa e Comunitária atuante. Portanto, entre os pontos norteados e os objetivos buscados, destacamos:

1. Caracterizar a relação de distanciamento entre comunidade tradicional e ocupações *pré* ou proto histórica no vale do Submédio São Francisco;
2. Compreender as políticas de utilização e apropriação de discursos para permanência em áreas (in)diretamente relacionado com o curso do São Francisco, a citar, por exemplo, trechos no entorno da barragem de Sobradinho, Bahia.
3. Perceber como os remeiros e beiradeiros têm construído mecanismos para dialogar

com o avanço em áreas que anteriormente pertenciam a membros do próprio grupo e que foram anexadas a áreas privadas na região;

4. Diagnosticar a prática da pesca local e fixação de bases não apenas para permanência de barcos (antes em sua dominância por remos), hoje em grande parte, substituído por motores que permitem alcançar áreas maiores e também economizando custo e tempo;
5. Documentar os diferentes momentos durante as jogadas (arremesso) de redes para captura de peixes ao longo do rio e em trechos parcialmente alagados, nos quais se encontra a presença de material arqueológico relacionados aos grupos humanos que habitaram toda a região do vale do São Francisco;
6. Em parceria colaborativa com membros tradicionais da comunidade, pode-se não apenas resgatar elementos das ocupações históricos locais, mas também, permite-se que se resgate elementos diagnósticos que perpassa o tempo na região e que são contadas através da história oral local. Destaque para busca de informações através da própria toponímia do lugar;
7. Difundir uma Arqueologia colaborativa como modelo de ação política atuante como mecanismo *decolonizante*, uma vez que permite que as investigações sigam não apenas os elementos do discurso já implantado na região, mas que valide e forneça vozes às comunidades tradicionais.
8. Consequentemente construir uma “*Arqueologia da gente para gente e por gente*”, segundo enfatizava Randall McGuire (1999) e Ian Hodder (2003).
9. Elaborar através das diferentes abordagens e narrativas uma noção mais clara e sensível do passado histórico e arqueológico/cultural da região. Feito isso, o passado poderá se fazer presente, contribuindo para identidade local/regional.

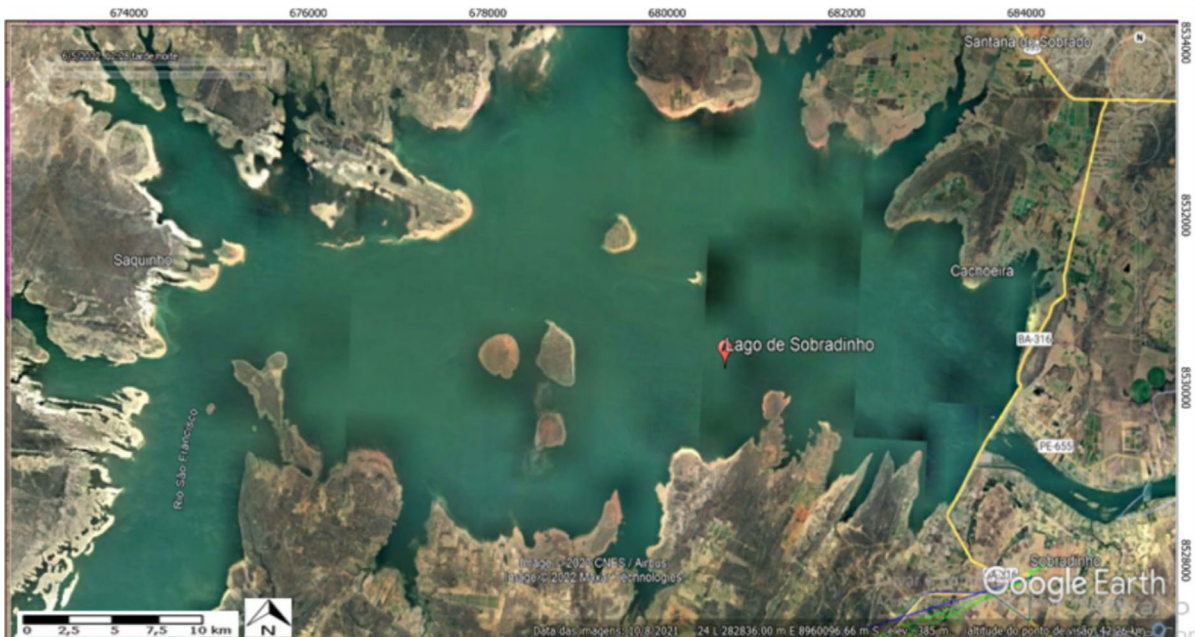
Assim, tendo esses elementos discursivos organizados, os autores levantam os seguintes questionamentos – divididos em dois grupos de trabalho – que serão imprescindíveis para compreensão da realidade social/cultural e material no lugar:

- Como essas comunidades se relacionam com o patrimônio? Que tipo de cultura material estão familiarizados? Pinturas? Material lítico ou cerâmico? Existe relação de pertencimento desse patrimônio para com essas pessoas? Quais as versões que eles atribuem para a existência e origem desses artefatos/vestígios?



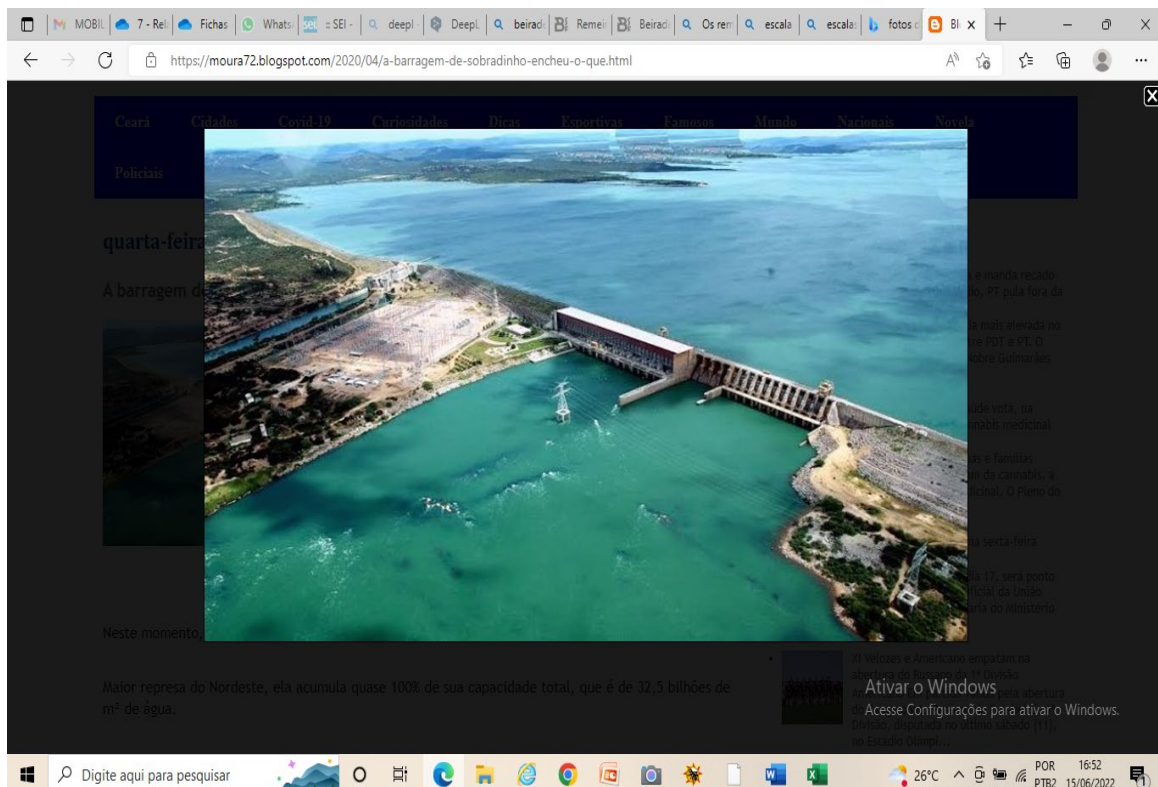
- Quais os desafios enfrentados por esses sujeitos ativos e pelos pesquisadores que se propõe a estudá-los, resgatando histórias e memórias no passado e no presente? Como atuar de forma ativa e coerente na preservação do patrimônio e das tradições locais/regionais? Já existe a criação de políticas colaborativas para promoção desses e sua divulgação em larga escala? Como fomentar a relação das comunidades com o patrimônio arqueológico no presente?

FIGURA 1: MAPA COM DESTAQUE PARA A REGIÃO DO LAGO DE SOBRADINHO FOCO DA PESQUISA. TRECHO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO.



(FONTE: GOOGLE EARTH, 2022 COM ADAPTAÇÃO DOS AUTORES)

FIGURA 2: VISTA AÉREA DO LAGO DE SOBRADINHO. PARTE DA UNIDADE DE PESQUISA.



(FONTE: BLOG DO VALE NOTÍCIAS, 2021)



FIGURA 3: VISTA TERRESTRE E PARCIAL DO LAGO DE SOBRADINHO. UNIDADE DE PESQUISA.



(FONTE: ARQUIVO PESSOAL DOS AUTORES, 2018)

### **REMEIROS *VERSUS* BEIRADEIROS: QUAL A LIGAÇÃO ENTRE ESSES GRUPOS TRADICIONAIS?**

Acerca do questionamento realizado em epígrafe neste item, há que se realizar antes de qualquer discussão sobre a temática proposta, a definição precisa dos conceitos envolvidos.

Inicialmente há que se definir remeiro. Os remeiros foram muito mais do que os indivíduos responsáveis por tripular e conduzir sob remos embarcações por todo o vale do Velho Chico ao longo do período colonial. Este grupo teve um papel ativo na formação dos alicerces da economia brasileira na medida em que, a partir da desenvoltura de seu trabalho, foi possível realizar o escoamento de produtos e mercadorias e, conseqüentemente, fortalecer as relações de comércio e o desenvolvimento econômico em âmbito nacional (LINS,1960; BURTON,1978; LOPES,1977), tendo em vista que o Rio São Francisco realiza a integração fluvial entre o sudeste e o nordeste brasileiros.

Por sua vez, os beiradeiros se constituem enquanto sujeitos ribeirinhos que constroem toda a sua existência a partir da relação que lhes é intrínseca com o Rio São Francisco. Todos os aspectos da vida do beiradeiro são permeados por influências aquáticas ou mesmo condicionados pela relação delineada com Opara (Figura 4).

Notoriamente existe uma distinção entre ambos grupos, contudo, o enquadramento em uma determinada categoria não inviabiliza a possibilidade de convivência mútua: todo remeiro necessariamente teria que ser um beiradeiro. Dito isto, argumenta-se que defronte ao contexto em que a contemporaneidade insere o Rio São Francisco, sobretudo na região do submédio – com a mecanização das embarcações, escoamento da produção por via aérea ou terrestre, majoritariamente –, torna quase escassa a existência e sobrevivência de remeiros, todavia a essência beiradeira se faz viva e forte nas imediações do Lago Artificial de Sobradinho, submédio São Francisco, no sertão da Bahia (Figura 5 e 6).

O remeiro sobrevive na literatura e na memória coletiva do povo ribeirinho residente ao longo das margens do Velho Chico, como um personagem de grande importância e contribuição no cerne da cultura sertaneja de um povo que vive a seu próprio modo com as condições que lhes foram impostas ao longo de toda a sua trajetória histórica e cultural, aliada ainda aos aspectos geoambientais.

FIGURA 4: VISTA PARCIAL DAS ATIVIDADES DO SR. JOÃO MORENO EM SUAS INCURSÕES PELO LAGO DE SOBRADINHO. NA OCASIÃO, ACOMPANHAMOS PARTE DA VIAGEM.



(FONTE: ARQUIVO PESSOAL DOS AUTORES, 2018)

Em suma, a diferenciação entre esses dois grupos é apenas a apropriação com que cada coletividade desta realiza de forma peculiar com o Rio São Francisco, pois, no *frigir dos ovos*,



ambos comungam de várias similaridades em suas relações com o Grande Rio, conforme será detalhado a seguir. Contudo, o que se frisa aqui é o que há em comum entre esses grupos e não como ambos se relacionam com Opara. O que une remeiros e beiradeiros?

As comunidades tradicionais do Vale do São Francisco são grupos que compartilham os mesmos aspectos ambientais e problemas sócio-históricos, embora cada unidade desta coletividade tenha construído mecanismos específicos de como interagir com a nova realidade com que se defrontaram frente a alguns marcos que ocorreram na história no Grande Rio.

FIGURA 5: VISTA PARCIAL DO ACOMPANHAMENTO PARA REGISTRO DAS ATIVIDADES EM LOCO. NA FOTO, O SR. MANUEL BRAVA SAINDO PARA MAIS UMA PESCARIA E COLETA DE REDES.



(FONTE: ARQUIVO PESSOAL DOS AUTORES, 2018)

FIGURA 6: PARTE DA DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO DE ATIVIDADES NO LAGO DE SOBRADINHO



(FONTE: ARQUIVO PESSOAL DOS AUTORES, 2018)

Alguns acontecimentos ao longo do século XX, sobretudo após a década de 1960, trouxeram à tona certos tipos de situações e realidades que possibilitaram o fortalecimento da relação entre os grupos tradicionais existentes no submédio São Francisco, como também em outras regiões ao longo do seu trajeto até a foz. Destes, podemos destacar um dos momentos especiais da história do Grande Rio, principalmente para as populações residentes no submédio, que foi a construção da Hidrelétrica de Sobradinho na década de 1970. Nesse período a lógica desenvolvimentista de progresso e de modernidade, fez sobrepujar o atavismo, a história e a relação de um povo com sua terra e com as águas do Velho Chico (Figura 7).

Uma das cidades que foi submersa e teve sua sede realocada com a construção do Lago Artificial de Sobradinho, foi Remanso, situado ao norte de Sento Sé e a leste de Casa Nova, cidades estas que também partilham da mesma vivência que lhes foi imposta. Em Sobradinho a realidade não foi distinta.

FIGURA 7: PARTE DOS PESCADORES QUE REALIZAM ATIVIDADES AO LONGO DO CURSO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO E QUE VIVEM NAS MARGENS DO LAGO DE SOBRADINHO.



(FONTE: ARQUIVO PESSOAL DOS AUTORES, 2018)

Uma breve pesquisa de campo realizada em Remanso em busca de memórias, estórias e relatos de pessoas que viveram a transição da sede municipal e que ainda convivem com os impactos da construção da barragem e da modificação no cotidiano beiradeiro, permite-nos vislumbrar pequenos fragmentos do passado e do presente da realidade local. Estes mesmos elementos podem ser vistoriados e resgatados nas imediações dos municípios de Sobradinho e Sento Sé. De qualquer modo, é graças a esse tipo de investigação que nos permitimos aproximar de ambas as realidades que partilham não apenas aspectos coletivos de interação e mudança, mas também, perda de espaços, territórios e readaptação a ambientes fora do contexto original, os quais essas populações tradicionais estavam familiarizadas. Se levarmos em consideração a transferência de grupos do entorno do Vale para áreas como a Serra do Ramalho (oeste da Bahia, também em zona do Vale do São Francisco), esta situação torna-se mais fácil de elucidar e racionalizar de forma suscita uma série de problemas do ponto de vista sociológico e histórico. Investigando essas alterações na matriz de vivência e experimentação



de memórias por parte dos grupos, podemos tecer dados para compreensão dessa dinâmica, no passado e no presente. Sobre esse cenário, alguns fragmentos da estória podem ser apresentados.

*“Meu Padrinho Celvo foi um dos últimos a sair. Ele não acreditava que a cidade ia inundar. ‘Mas olha que conversa’, pensava o velho! Quando a água cobriu a casa dele, ele subiu nas telhas e ficou lá até que os homens da CHESF passaram nos barcos e pegaram ele e trouxeram para a cidade nova”, João Neto, 50 anos (Relato obtido em março de 2016).*

Este é um dos fragmentos de muitas das memórias relatadas pelo povo de Remanso acerca do momento de transição da cidade velha para a Nova Remanso. Conforme é possível observar no relato, as pessoas, sobretudo idosos, não acreditavam que fosse possível a inundação não apenas de uma, mas de várias cidades, a partir do represamento das águas do Grande Rio que outrora fluía sem empecilhos de Minas Gerais à divisa entre Alagoas e Sergipe.

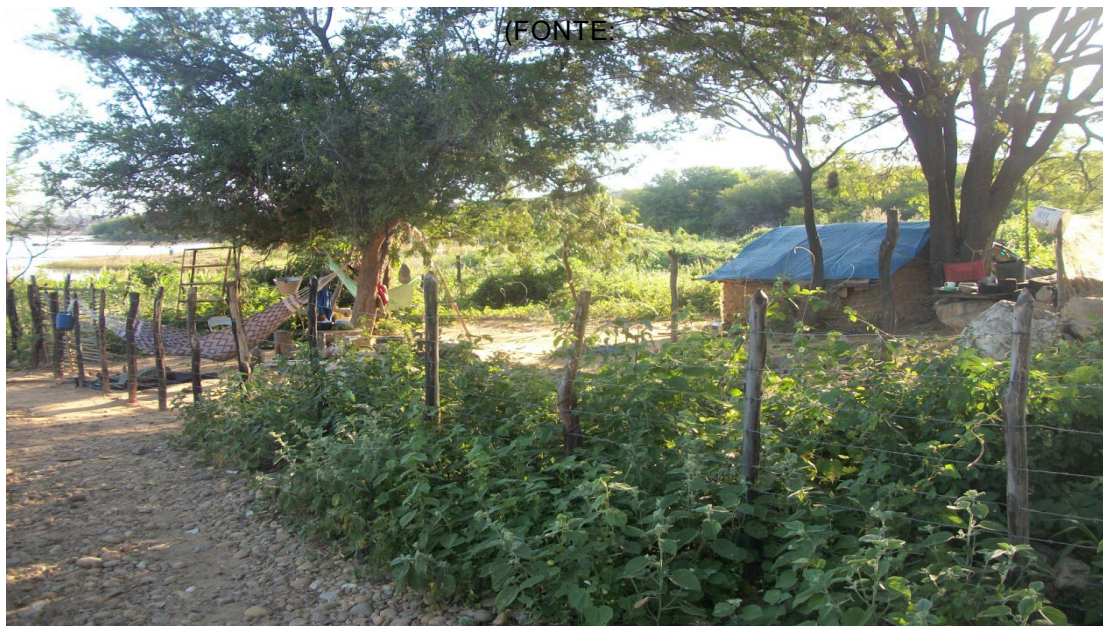
Hoje, passados quase quarenta anos desde a inundação de casas, ruas, igrejas, fazendas, e da história cotidiana de um povo, ainda é possível observar – sempre que o nível do lago reduz até o cais da cidade antiga – os remanescentes materiais das edificações que foram submersas pelo progresso e ver a saudosidade de uma gente que revive grandes lembranças ao visitar as ruínas de um passado que as águas levaram, mas que sobrevive de maneira latente nas memórias individuais e coletiva do povo ribeirinho (Figura 8 e 9).

FIGURA 8: SR. LINVALDO SANTOS, REMEIRO E BEIRADEIRO DA REGIÃO DE PESQUISA, LOGO APÓS A RETIRADA DE PARTE DE PESCADOS COLETADOS DENTRO DO RIO SÃO FRANCISCO.



(FONTE: ARQUIVO PESSOAL DOS AUTORES, 2018)

FIGURA 9: PARTE DAS VIVENDAS ONDE SE FIXARAM MUITOS BEIRADEIROS DA REGIÃO.



FONTE: ARQUIVO PESSOAL DOS AUTORES, 2018)

A cicatriz dos beiradeiros remansenses, assim como dos municípios adjacentes que passaram pelo mesmo processo de realocação, ainda é bastante latente haja vista que se trata de um fato recente que existe na memória de pessoas vivas.

Como a construção do lago artificial impactou a vida desses grupos? Talvez a informação que mais ilustre o impacto da construção de um empreendimento de tamanha magnitude ambiental e social, tal como foi a Hidrelétrica de Sobradinho, seja a realocação das sedes municipais e das comunidades beiradeiras residentes nas imediações do rio. O processo de mudança de contexto ambiental implicou em uma gama de transtornos e modificações na vida cotidiana, cultural, econômica e social dos beiradeiros do submédio, sem precedentes. As variações em decorrência desse câmbio vêm se perpetuando há quase quarenta anos e, talvez, em uma visão muito pessimista, viesse a ser um gatilho que desencadeou a fragmentação de não apenas uma cultura, mas um modo de vida sertanejo em que se constitui o beiradeiro. Acerca do momento de mudança da cidade de Sento Sé, Coelho (2009) *apud* Kesting (2011) relata:

A partir do primeiro comunicado deu-se sequência a várias reuniões para estabelecer-se o local para onde iria a nova Sento Sé. Seria Piçarrão, Piri ou Tombador?

Quantas lágrimas, quantas tristezas, pior, perdas de memórias, mortes apaixonadas e repentinas. No município tudo isso aconteceu. **Estávamos acostumados ao torrão natal, ao carnaubal, ao rio São Francisco**, às cozinhas humildes, mas que víamos nascer e crescer.



A CHESF não aceitava debate. Começaram as míseras indenizações (...), as permutas de casas e roças. Algumas famílias a CHESF resolveu levar para as Agrovilas em Bom Jesus da Lapa. E quantas ofertas boas! Era desnatural (sic) o tamanho do feijão, do milho, do tomate, até filmes. As moradias “Santo Deus”, não eram casas...Eram sobrados. E muita gente se foi, alguns puderam voltar e outros nem este direito tiveram (KESTERING, 2011, p.15, grifo nosso).

Se pensarmos ainda pontualmente na realidade local destas cidades ribeirinhas, veremos que tal visão pessimista vai por terra quando se constata que a memória e a mentalidade do povo beiradeiro ainda mantém forte o atavismo com o Velho Chico e o que o mesmo representa (Figura 10).

FIGURA 10: REMEIROS EM DIALOGO DESCONTRAÍDO DURANTE A PESQUISA EM LOCO.



(Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2018)

Os beiradeiros remansenses, por exemplo, não se referem às águas como “a Barragem” ou “o Lago de Sobradinho”, pois para eles, a Barragem de Sobradinho começa ao sul de Casa Nova, nas proximidades do Povoado de Santana do Sobrado, em direção à própria sede de Sobradinho. O beiradeiro remansense olha para as águas que correm para o leste, vislumbrado de sua Prainha de Amaralina a fluidez com que escoam o que eles conhecem como Rio São

Francisco, pois para este povo beiradeiro apesar de todo o transtorno com a construção de uma hidrelétrica, ainda que a água seja represada mais a leste, o que importa é o fato do rio continuar banhando a orla fluvial da cidade e com isso alimentar as memórias e a relação que mantém viva a cultura beiradeira e a devoção pelo Grande Rio.

Um dos aspectos que é insubstituível na vida do beiradeiro do submédio após a construção da hidrelétrica é a ausência dos vapores transitando rio acima – rio abaixo e atracando nos cais de cidades como Remanso e Sento Sé. Os beiradeiros relembram nostalgicamente como outrora o Grande Rio era não apenas uma fonte de sobrevivência, como também de transporte, a via que ligava de Pirapora a Juazeiro.

*“Quando novo eu fui pra São Paulo trabalhar em umas fazendas de café e banana. Hoje a gente vai de avião e a viagem é boa, mas naquele tempo a gente ia era de vapor que atracava no cais do Remanso Velho e deixava a gente em Pirapora e de lá a gente seguia viagem”, Ananias Rodrigues, 91 anos (Relato obtido em março de 2016).*

A relação do Grande Rio com as comunidades tradicionais que se desenvolveram ao longo de seu curso, sobretudo no submédio São Francisco é de simbiose, pois tamanha é a reciprocidade entre o sertanejo e o Grande Rio que alcança a definição dada a essa relação aos seres vivos pela Biologia: ambos recebem benefícios e nessa associação os dois apresentam uma vivência em comum. Ora, os grupos tradicionais apresentam sua devoção a Opara criando todo o seu universo cultural, econômico e mitológico em alusão às suas águas, da mesma forma, lutando arduamente em prol de sua preservação, e em contrapartida o Grande Rio fornece toda a subsistência necessária aos seus remeiros e beiradeiros se constituindo enquanto uma fonte de renda, de transporte, alimentação e demais eventualidades intrínsecas a um modo de vida ribeirinho (Figura 11, 12 e 13).



FIGURA 11: PESQUISADOR SEBASTIÃO LACERDA DURANTE UMA DAS ETAPAS DE CAMPO DOCUMENTADO A PRÁTICA E VIVÊNCIA DOS REMEIROS E BEIRADEIROS NO SUBMÉDIO.



(FONTE: ARQUIVO PESSOAL DOS AUTORES, 2018)

FIGURA 12: PARTE DA EQUIPE DURANTE AS ATIVIDADES DE DOCUMENTAÇÃO EM LOCO.



(FONTE: ARQUIVO PESSOAL DOS AUTORES, 2018)

Figura 13: Quando resistir é preciso. Documentação e registro na região do lago.



(FONTE: ARQUIVO PESSOAL DOS AUTORES, 2018)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: O SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO E A RELAÇÃO COM OS GRUPOS TRADICIONAIS

A pesquisa em tela é reflexo da necessidade de se construir uma arqueologia política colaborativa, destacando a importância em se permitir que os diferentes grupos humanos ora investigados possam atuar como sujeitos ativos na construção da sua história. O trabalho em tela é apenas uma parcela do potencial de pesquisa fornecido pela região do lago de Sobradinho e por parte do Submédio São Francisco. Também, é apenas a divulgação de uma das tantas campanhas de campo realizadas. É oportuno mencionar que esse projeto foi apresentado com excelência na **VIII Reunião de Teoria Arqueológica da América do Sul (TAAS)**, ocorrido em La Paz na Bolívia no ano de 2017. Muitas das reflexões e abordagens utilizadas aqui são frutos da discussão e sugestão de outros colegas pesquisadores latino-americanos.

Em se tratando do universo da pesquisa em tela, algumas considerações podem ser levantadas, elas podem fornecer base para fomentar diálogos e reflexões mais profundas nas próximas etapas do processo de pesquisa. Os autores consideram que a relação entre os grupos tradicionais com o São Francisco vai muito além das águas, ela perpassa desde a interface material em um recorte temporal bastante abrangente (pré-história-história) e se estende até a esfera do impalpável (cosmologia, universo simbólico e memória coletiva).

O olhar antropológico pode nos condicionar a ver estes grupos como sociedades que se guiam por uma dimensão temporal ou espacial, e, a partir disso, determinar a partir da abordagem estruturalista os aspectos intrínsecos a este tipo de sociedade e suas convicções e anseios para além do que é percebido pelos pesquisadores. Ou ainda, sob o olhar historiográfico, entender a discussão acerca dessa relação desses grupos tradicionais e divulga-la sob uma perspectiva da Nova História.

Entretanto, sob a ótica estruturalista é possível perceber que os grupos remeiros e beiradeiros que habitam o vale são sociedades que se orientam através de uma dimensão espacial edificando-se sob arquétipos míticos. Um dos precursores do estruturalismo europeu, Claude Lévi-Strauss, classificava em seus estudos antropológicos as sociedades em frias e quentes, partindo da definição de que as primeiras se orientavam por um modo mítico de pensar, e, por conseguinte, suprimiam a dimensão temporal, se orientando pelo espaço. Por sua vez, as sociedades quentes se guiavam pela dimensão do tempo, de forma que enfatizavam o progresso e as transformações (LÉVI-STRAUSS, 2012). Sob a mesma perspectiva, Hernando (2002) designa as sociedades frias como metonímicas e as sociedades quentes como metafóricas.

Uma determinada sociedade ao fazer uso da dimensão espacial enquanto norteador de suas concepções passa a ser compreendida enquanto metonímica sob um olhar estruturalista, e assim o fazem os grupos tradicionais do Vale do São Francisco. É através da dimensão espacial que os remeiros e os beiradeiros constroem sua relação com o Grande Rio.

Hernando (2002) pontua que os grupos metonímicos “dispõem de uma menor capacidade de controlar materialmente a natureza não humana, o que se relaciona com o desconhecimento da lógica particular que rege seus fenômenos” (HERNANDO, 2002, p. 80), e assim o fazem os beiradeiros do submédio São Francisco ao criarem concepções místicas, míticas e sobrenaturais a determinados fenômenos que integram o cotidiano do ribeirinho, tal como a mãe-d’água, o nego d’água e os encantados, a título de exemplificação.

Os elementos da própria paisagem que circunda o rio conduzem os grupos tradicionais a se guiarem pelo espaço ao invés de adotarem uma forma temporal de orientar sua coletividade, pois Opara se constitui enquanto uma referência para o modo de vida dessas populações e se faz imprescindível em virtude de os remeiros e beiradeiros utilizarem elementos da própria



natureza, o que conseqüentemente os impede de compreender paisagens que não tenham vivenciado ou mesmo modificar a que eles se desenvolvem.

À época de construção da Barragem de Sobradinho existe ainda algumas nuances que frente a todo o cenário dos impactos e suas respectivas conseqüências, podem ter ficado em segundo plano. Trata-se do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico executado sob a responsabilidade do arqueólogo Valentin Calderón de la Vara e seus estudantes Yara Dulce Jácome e Ivan Dorea Soares, em uma área de 4.214 km<sup>2</sup> nas zonas a serem impactadas com o empreendimento. Ao longo de todo o trabalho de campo foram identificados 29 sítios arqueológicos e resgatada cerca de uma tonelada de material arqueológico (CALDERÓN *et al*, 1977) que hoje jaz depositado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA). De acordo com o relatório dos trabalhos, o material arqueológico identificado apresentou majoritariamente ferramentas líticas e da mesma forma, os autores registram a grande ocorrência de batedores, moedores e pilões esculpidos em rocha.

Muitos desses sítios arqueológicos foram submergidos com a construção da barragem de Sobradinho e podem ainda fornece muitas informações através de pesquisas voltadas para o campo da Arqueologia Subaquática, por exemplo. Portanto, se for oportuno num futuro próximo, temos possibilidades de trabalho para além das pesquisas já amplamente realizadas em terra na região do São Francisco e entorno do lago.

Entender as dinâmicas culturais, materiais e simbólicas dos diferentes atores regionais, ou seja, os grupos de remeiros e beiradeiros, por exemplo é construir uma ciência participativa conforme sugeriu Randall MacGuare (1999).

Pensar no processo histórico de formação desses grupos e como nesse processo foi formada a identidade dos mesmos, a partir da relação intrínseca com o rio que perpassa todos os aspectos cotidianos, culturais e mais elementares destes, permite-nos facultar as interfaces existentes entre o espaço e as propriedades impalpáveis ambientados pelos tradicionais grupos ribeirinhos.

Portanto, a partir da reflexão que aqui se delineia busca-se elucidar a partir das peculiaridades do universo de pesquisa, isto é, os grupos tradicionais do submédio São Francisco – remeiros e beiradeiros –, quais são os mecanismos para constituir em suma uma arqueologia colaborativa, pois um povo não pode edificar as égides de seu futuro sem conhecer e valorizar seu passado sendo essa a nuance mais humana da arqueologia ao cumprir seu dever social e comunitário. Por fim, se acredita que a preservação e conservação de ecossistemas e comunidades tradicionais seja o caminho para se construir uma sociedade tolerante, aberta a diversidade e diferenças. Isso deve ser a bandeira hasteada em tempos escuros como os que vivenciamos no mundo!



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. V. **Descrições práticas da província da Bahia**. 2. ed., Rio de Janeiro/Brasília, Cátedra/MEC/ Instituto Nacional do Livro. 1979.
- BARBOSA, C. **A dama do Velho Chico**. Rio de Janeiro, Bom Texto. 2002.
- BRAZ, P. **Jandaia em tempo de seca**. 2. ed., Montes Claros, Edibraz. 2002.
- BURTON, R. F. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp. 1977.
- CALDERÓN, V. C.; JÁCOME, Y. D.; SOARES, I. D. **Relatório do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico**. CHESF. Salvador: Gráfica Universidade Católica da Bahia, 1977.
- ESTRELA, E. **Três felicidades e um desengano**. A experiência dos beiraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho. São Paulo. Doutorado em História Social do Departamento de História da Pontifícia Universidade de São Paulo, 2004.
- FUNARI, P. P. A. **A Arqueologia Pública na América Latina e seu contexto mundial**. CONEX & CLAE. Universidade Federal do Pampa, 2020.
- GAMBLE, C. **Arqueología básica**. Barcelona: Editora Ariel, 2001.
- GAUTHEROT, M. **Bahia: rio São Francisco, Recôncavo e Salvador**. Fotografias de Marcel Gautherot. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1995.
- GONÇALVES, E. L. **Opara – Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Até aonde a memória alcança: um estudo sobre catingueiros e beiradeiros no submédio vale do São Francisco**. Recife. UFPE. Dissertação de mestrado em Sociologia. 2004.
- HERNANDO, A. **Arqueología de la Identidad**. Madrid: Akal. 2002.
- HANDLEY, Jordan D. **Collaborative Archaeology: A Perspective from the Yukon Alaska Borderlands**. New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry Vol. 9, No. 2 Pg. 34-50. The University of British Columbia, 2018.
- KESTERING, C. **Patrimônio arqueológico de Sento Sé – BA**. São Raimundo: UNIVASF, 2011.
- LINS, W. **O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros**. Salvador, Livraria Progresso. 1960.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. 12 ed. Campinas: Papyrus. 2012.
- LOPES, A. **Remeiros e romeiros do São Francisco**. Rio de Janeiro, Cátedra, p. 13-81. 1978.
- MARSHALL, Yvonne. **What is Community Archaeology?** World Archaeology. 34(2):211-219, 2002.



MCGUIRE, R. H. **Archaeology as Political Action**. Berkeley, California/Los Angeles/London: University of California Press, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia como ação política: o Projeto Guerra do Carvão do Colorado**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3: 387-397, 1999.

MONTENEGRO, T. G. P. **A província e a navegação do rio São Francisco**. Bahia, Imprensa Econômica. 1875

NEVES, Z. **Os remeiros do São Francisco na literatura**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2003, v.46, n°1.

PADOIN, I.; VIRGOLIN, I. **A vulnerabilidade social como uma dificuldade a participação política**. Unicruz: Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2013.

PEREIRA, J.V. **Barqueiros do São Francisco**. IBGE – Conselho Nacional de Geografia. 8ª edição. Rio de Janeiro, 1966.

PYBURN, K.A. **Arqueologia engajada: de quem é a comunidade? Qual público?** em K. Okamura e A. Matsuda (eds) *Novas Perspectivas na Arqueologia Pública Global*, Nova York: Springer, 29-41, 2011.

STILLE, A. **A Destruição do Passado: como o desenvolvimento pode ameaçar o futuro da humanidade**. São Paulo. Editora ARX, 2005.

WOLF, E. R. **Antropologia e Poder**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.